

reila



oss

BH S/A: discutindo a neoliberalização do espaço urbano a partir de Belo Horizonte

Daniel Medeiros de Freitas* & Thiago Canettierr* & Luan Fernandes Viana*

Resumo

A neoliberalização é um processo internacional, que se realiza e é, necessariamente, mediado a partir da escala local. O projeto de extensão BH S/A realiza esforço de compreender este processo de modo integrado às atividades extensionistas do grupo Indisciplinar da EA/UFMG. O artigo apresenta o contexto de neoliberalização com ênfase nas inflexões observadas na política urbana local, para, em seguida, discutir o empresariamento da gestão municipal. Na última parte apresenta uma lista preliminar das frentes de ação do urbanismo neoliberal em Belo Horizonte.

Palavras-Chave: Neoliberalização, Belo Horizonte, Urbanismo neoliberal

Abstract

Neoliberalization is an international process that takes place and is necessarily mediated from the local scale. The project BH S/A aims to understand this process in an integrated way to the extension activities developed by Grupo de Pesquisa Indisciplinar from UFMG Architecture School. First, the article presents the context of neoliberalization with emphasis on the inflections observed in the local urban policy. Then, it discusses the entrepreneurship of municipal urban policy. In the last part, it presents a preliminary list of neoliberal fronts of action in local urbanism.

Keywords: neoliberalization, Belo Horizonte, neoliberal urbanism



O projeto de extensão BH S/A, vinculado ao Grupo de Pesquisa Interdisciplinar da Escola de Arquitetura da UFMG, promove, desde setembro de 2016, uma discussão ampliada sobre a neoliberalização na escala do município de Belo Horizonte-MG. Ao longo de seu primeiro ano, o projeto vem consolidando os seguintes subsídios teóricos e instrumentais: (1) identificação dos instrumentos de neoliberalização e financeirização na escala municipal, por meio do levantamento e sistematização das inflexões no planejamento, legislação e composição das instituições; (2) a compreensão dos impactos do processo de neoliberalização na dinâmica territorial, incluindo uma compreensão integrada das resistências, conflitos e lutas territoriais, e (3) a ampliação dos canais de produção de contra narrativas à neoliberalização e financeirização do espaço urbano, incluindo a decodificação do saber especialista e ampla divulgação das questões debatidas.

O projeto se insere em contexto de intensificação da neoliberalização na produção do espaço urbano, em especial, das práticas de financeirização do território e orientação das políticas públicas à rentabilidade do capital financeiro. Na escala global, a estruturação produtiva do capital está relacionada ao desenvolvimento histórico deste sistema-mundo formado sob o capitalismo. Essa estrutura determina a estrutura produtiva nacional, uma vez que é ela quem estabelece a forma como determinado país se insere no regime da globalização. Países que se inserem como colônias dos países centrais desenvolvem uma série de características comuns na organização da produção, na forma do trabalho e, é claro, na produção de cidades.

Ao adotar uma ordem baseada no mercado como racionalidade e na empresa como modelo (DARDOT & LAVAL, 2016), e pressionados por agentes dominantes privados, governos nacionais vem adotando esforços de desregulamentação das

restrições locais à lógica do capital global, pressionando as instituições, sobretudo as municipais, a se adaptarem ao novo papel de articulação exercido pelas empresas e investidores, tornando as cidades a arena geográfica preferencial de investimento e acumulação de capital sobreacumulado (HARVEY, 2006; PECK; THEODORE; BRENNER., 2012).

A atual rodada neoliberal está vinculada ao processo de crise do capital nos anos de 1970, momento em que o fordismo, regime de acumulação anterior, apresentou sinais de esgotamento decorrentes dos momentos de contradição interna da própria reprodução ampliada do capital. Diante dessa situação, a resposta dada pela burguesia internacional foi investir nas formas de capital fictício, já que ele parecia ser o estratégia que melhor poderia garantir a continuidade do processo de acumulação de riquezas, ainda que, cada vez mais, esta esfera estivesse autonomizada da produção material das coisas. Assim, a partir do terceiro quarto do século XX se consolida uma financeirização da economia na qual o sistema de crédito e a circulação volátil do capital financeiro em busca de oportunidades de investimento se tornam as principais formas de acumulação de riquezas e, rapidamente, se tornam as batutas de maestro para reger a produção, o trabalho, a vida cotidiana.

Essa se torna a única forma de racionalidade advogada como válida, reproduzindo a dominação da mercadoria como forma básica da socialização. Deriva desta lógica a implementação de uma ‘cartilha’ de *bests practices* que, juntamente com um discurso legitimador próprio, combina imagens e um arcabouço jurídico-político para lhe conferir efetividade em diferentes contextos e escalas. Essa “ontologia neoliberal” poderia ser assim sumariada: privatização dos ativos que estavam em posse do Estado, junto com o discurso da falência do Estado e a necessidade do financiamento das políticas públicas urbanas, sendo alardeada como única resposta possível à “crise”.

E, naturalmente, se o mundo contemporâneo é marcado por um processo de disseminação da ideologia neoliberal à todos os campos, ela também alcança a produção do espaço, ou seja, por mais que o neoliberalismo e a financeirização costumadamente sejam descritos como processos de determinações abstratas – e realmente, em alguma medida, são –, para que eles se efetivem é necessário, como alertou Henri Lefebvre (1999), que se realizem no espaço. Dessa forma, a partir da década de 1970, consolidou-se nos países centrais uma ampla política de desregulamentação das restrições locais à lógica do capital globalizado, incluindo, entre outras ações, a privatização das instituições, a flexibilização das leis trabalhistas e a descentralização espacial das atividades e centros de decisão.

Após este primeiro momento, no qual as práticas e arranjos institucionais necessários para reversão da crise do capital e construção das condições para a globalização aconteciam sob articulação de governos nacionais (SASSEN, 2010), registra-se, a partir da década de 1990, uma maior pressão por um arranjo no qual agentes privados assumem plenamente o papel articulador e decisório do Estado. Acompanha essa inflexão de poder, uma inflexão no padrão de acumulação relacionada à produção do espaço, na qual cidades globais se tornam os locais preferenciais de gerenciamento e redução das crises do capital e onde as transformações econômicas se materializam com maior nitidez, estabelecendo uma nova malha locacional para o processo de acumulação (BRENNER e THEODORE, 2002). Decorre dessa condição a cidade se tornar objeto central da implementação de reestruturações físico-territoriais, das políticas experimentais, das inovações institucionais e dos projetos político-ideológicos de transposição e regulamentação das novas regras do mercado de capitais global sobre as políticas locais.

Sob essa perspectiva, pode-se dizer que a neoliberalização é um processo internacional que se realiza e é, necessariamente,

mediado a partir da escala do município, unidade político-administrativa com competência para estabelecer o planejamento e ordenamento do território no Brasil – vale destacar, o neoliberalismo não significa um apagamento do papel do Estado, mas sua reformulação para uma atuação bem específica (DARDOT & LAVAL, 2016). Nesse sentido, o projeto investiga o modo como o neoliberalismo é mediado pela esfera local e, também, o modo como essa mediação se articula com escalas estaduais, federais e globais; discussão de grande relevância para o planejamento regional e para o enfrentamento das desigualdades socioespaciais.

A neoliberalização implica ainda em inflexões na natureza das determinações da política urbana municipal e no seu planejamento, com impactos concretos na vida cotidiana dos cidadãos, sendo urgente a compreensão de seus graus de interação e permeabilidade, dos arranjos organizados na tomada de decisão, dos marcos normativos que são alterados e os impactos na experiência de vida dos habitantes. De modo mais específico, os processos de empresariamento urbano (HARVEY, 2006) guardam particularidades a serem investigadas, incluindo esforços para compreender o que significa um neoliberalismo dependente e suas implicações no campo do planejamento urbano e regional. Apresenta-se a seguir uma síntese das questões iniciais que frequentaram os debates e reuniões do grupo nesse primeiro ano de encontros. A primeira parte está organizada em torno da problematização da ideia de cidade-empresa, e a segunda em torno dos esforços de sistematização das características da implementação de um urbanismo neoliberal em nosso contexto.

O modelo de cidade-empresa em Belo Horizonte

Um dos pressupostos do projeto BH S/A é o combate a discursos e práticas que defendem que a cidade funciona ou deveria funcionar de modo semelhante a uma empresa, ou seja, se

orientar majoritariamente pela eficiência administrativa e pela competição pelas oportunidades de crescimento. Para Hall (2002), a ideia de cidade-empresa se orienta pela concepção funcionalista de que a cidade seria uma espécie de máquina de produzir riqueza (a ser azeitada pelo planejamento). Neste contexto, ainda segundo o autor, o planejador, desde a década de 80, não por acaso momento de resposta à crise do capital descrita na primeira parte do artigo, deixou de exercer papel de controle sobre os impactos decorrentes do crescimento observado nas décadas anteriores e passou a encorajar o crescimento urbano, uma inflexão na qual o “planejador foi-se confundindo cada vez mais com seu tradicional adversário, o empreendeddor” (p.407).

Vive-se hoje a naturalização desse processo e intensificação de seus pressupostos. Se, no passado, as determinações econômicas exerceram papel estruturante na produção do espaço urbano, fazendo com que a cidade fosse sendo moldada, entre outros fatores, pelo interesse de agentes privados e pela construção de estruturas para a acumulação, o que se observa na atual política urbana é uma naturalização da mercantilização das relações sociais e a concepção do Estado como garantidor das condições de competição.

Sobre o primeiro ponto, registra-se a ampla mercantilização das relações sociais onde o contrato se torna a medida e instrumento de eficácia de todas as relações, produzindo, segundo Dardot e Laval (2016), mentes e corpos aptos a funcionar no grande circuito de produção e consumo. Cada indivíduo constrói sua jaula de aço e a economia se torna uma disciplina pessoal (uma nova ética que reside em trabalho de vigilância sobre si mesmo). Neste novo sistema, cada sujeito deixa de ser um trabalhador e se torna um indivíduo-empresa que oferece seus serviços ao mercado. Não é atoa que o estatuto passivo de assalariado está sendo desmontado para que o trabalho seja

cada vez mais encarado como espaço de liberdade individual e empreendedorismo ativo. Segundo os autores, enquanto empresa, o sujeito não é mais circuito de produção, poupança e consumo, e sim um homem voltado para a competição e para o desempenho.

Sobre o segundo ponto, caracteriza o atual papel do Estado a substituição de sua função de garantidor da harmonia entre o progresso econômico e a distribuição equitativa dos resultados desse crescimento para uma nova lógica que “vê as populações e indivíduos sob o ângulo mais estreito de sua contribuição e seu custo na competição mundial” (DARDOT & LAVAL, 2016, p.284). Governar deixou de ser o reconhecimento democrático dos direitos sociais e passou a ser respeitar as boas práticas e normas jurídicas que possibilitam a competição, mas que são cada vez mais controladas pela comunidade financeira internacional. Neste contexto, o “gerencialismo” se apresenta como o remédio para todos os males e o modelo a ser adotado passa a ser a materialização de avaliações sistemáticas e gestão de desempenho do poder público.

O resultado, tanto na escala do indivíduo quanto na escala do Estado, é a consolidação de uma dimensão moral na qual as relações consigo próprio, com outros indivíduos e com seus bens passa a ser mediada obrigatoriamente pela lógica da empresa como unidade de produção em concorrência. A cidade-empresa parece resultar, portanto, do transbordamento da lógica econômica que a produz, agora ampliada pela lógica do indivíduo em competição e pelo Estado como garantidor das condições irrestritas de competição.

Em Belo Horizonte, cidade de neoliberalização periférica e incompleta, três práticas poderiam ser destacadas como potenciais indicadores desse processo. A primeira, a presença cada vez maior de consultorias de mercado na condução de decisões sobre o planejamento da cidade. Para ficar em

apenas um exemplo, podemos citar a contratação da empresa de gestão estratégica Macroplan, tanto pelo governo de Minas como pela PBH, para auxiliar na definição do planejamento de longo e médio prazo e nos grandes projetos de suporte ao desenvolvimento (incluindo captação de recursos e gestão de convênios, parcerias público-privadas, empreendedores públicos, estrutura organizacional, apoio para a elaboração do Plano Plurianual, gestão de processos críticos, entre tantos). O principal impacto para o planejamento urbano é a potencial implementação de um tipo de proposição e regulação que, orientado pela lógica de desenvolvimento para e pelo mercado, objetiva romper barreiras para sua atuação e ampliar suas possibilidades de rentabilidade. Outro exemplo, alinhado a este primeiro, é o programa Metas e Resultados da PBH, idealizado e implementado por empresa de consultoria e gestão e adotado desde 2009 por meio de indicadores que, além de possuir questionável eficácia no cumprimento da listagem de projetos por ele elencada, limita e invisibiliza as complexas agendas sociais, ambientais e socioeconômicas envolvidas no planejamento urbano. Nesse contexto, a política urbana e o planejamento da cidade passam a ser tratados pelo executivo como um conjunto de rotinas de gerenciamento de projetos isolados e descolados da discussão mais ampla da política urbana.

A segunda, o aumento da privatização de serviços públicos estratégicos, ampliando a transposição dos modelos de gestão privada para a coordenação da gestão pública. Por exemplo, o Hospital Metropolitano do Barreiro, o Centro de Convenções de Belo Horizonte, a manutenção da Iluminação Pública, a construção e operação de novos estacionamentos, o novo Centro Administrativo, a gestão dos cemitérios, do Parque Mangabeiras, do Jardim Zoológico, do Jardim Botânico, do Parque Ecológico e do Parque Barragem Santa Lúcia são alguns dos inúmeros pontos de aterrissagem dessa lógica. Todos estes

projetos pretendem ou já se viabilizam por meio de Parceria Público-Privada (PPP) cuja coordenação está, desde 2015, sob responsabilidade da PBH Ativos, empresa do tipo S.A. de capital fechado que opera dentro da PBH.

A terceira, a nomeação direta de agentes privados para cargos públicos de confiança, aumentando o sombreamento entre as duas esferas, não apenas através de modelos de gestão, mas sobretudo através da manutenção de vínculos sociais e institucionais que passam a ser diretamente incorporados ao cotidiano do planejamento. Neste contexto, alterações na legislação urbanísticas, obras de infra estrutura, política habitacional, políticas de segurança, regulação de publicidade, destinação de terrenos públicos e operações urbanas são, desde sua gestão, comprometidas com a lógica de mercado e negociadas diretamente com os investidores. Lembrando, uma cidade planejada para investidores e stakeholders (partes interessadas), e não para seus moradores, é, por natureza, uma cidade excludente.

Cabe destacar, ainda, o perfil dos dois últimos prefeitos de Belo Horizonte, cujas trajetórias políticas se pautaram na imagem de uma boa gestão aprendida na prática empresarial, orientando o discurso tecnicista e apolítico e o pressuposto de que a cidade é uma empresa e deve ser gerenciada como tal. Em reportagem do site Terra (12/09/2008), quando questionado sobre a falta de experiência em cargos políticos, Marcio Lacerda (gestão 2008-2016) destaca que “o que importa é a experiência profissional e de vida. Tenho uma larga trajetória empresarial, conheço bem o setor privado e o setor público, tenho uma militância política desde a juventude, sei formar equipes e me considero plenamente qualificado para o cargo” (AGÊNCIA BRASIL, 2008).

Já a reportagem da revista Exame (07/09/2011) celebra a entrada no setor público de uma nova geração de gestores cujo diferencial reside na experiência profissional de mercado

e bom trânsito entre empresas, empreendedores e mercado financeiro. A reportagem destaca de modo mais específico a nomeação na época do secretário de desenvolvimento da PBH Marcello Faulhaber, que mais tarde seria o primeiro presidente da empresa de capital misto PBH Ativos. Por fim, em 2016, o empresário de construção civil e presidente do Clube Atlético Mineiro Alexandre Kalil foi eleito prefeito adotando discurso semelhante de “não político”, apresentando-se como gestor e “terceira via” contra a polarização PT/PSDB. A valorização da figura do empresário como gestor ideal para um cidade, decorre da ideia de que estas pessoas conseguem, em tese, adotar uma racionalidade que ultrapassa a disputa política e visa somente a eficácia e o desenvolvimento da cidade-empresa.

Esse quadro institucional, que naturaliza a cidade-empresa e a concepção gerencialista do planejamento se articula com práticas de intervenção territorial próprias do neoliberalismo. Na segunda parte do artigo, registramos o esforço de sistematizar e reconhecer como vem ocorrendo a transposição dos modelos de cidade neoliberal para Belo Horizonte.

As frentes do urbanismo neoliberal

A relação entre o neoliberalismo e a produção e gestão do espaço urbano é fundamental para abordar o atual momento da reprodução do capital como foi visto. Isso traz implicações importantes para o que poderíamos chamar de *urbanismo neoliberal*. A cidade, sob a égide deste paradigma, se constitui como um espaço privilegiado da acumulação de capital e, portanto, é percebido como um espaço econômico baseado nos serviços para a geração de excedentes, criando condições para a exploração da valorização imobiliária e a potencialização da renda da terra (MAGALHÃES, 2015).

A partir deste nexos, o neoliberalismo urbano baseia-se numa lógica econômica que promove a

financeirização da cidade, que fomenta e pega caro na na valorização imobiliária e se agencia através de um fortalecimento do poder de fogo dos capitais imobiliários na conformação da política urbana e de uma forma de planejamento voltada para o abastecimento deste mecanismo através de projetos e planos urbanos diversos, sendo o processo de gentrificação a frente de expansão territorial de um meio urbano ultravalorizado que este modelo de planejamento busca promover (MAGALHÃES, 2015, p.132)

Assim, passam a ser empregados um conjunto de ações – em geral mediadas pelo poder público através de políticas públicas e projetos urbanísticos – que garantam oportunidades de investimento para capitais sobreacumulados. Esse parece ser um dos mecanismos que engendra a reprodução ampliada do capital com a produção do espaço.

Dentro desta perspectiva, deve-se ressaltar que o espaço urbano tem sido vinculado a uma nova forma de governança urbana. A neoliberalização do espaço foi acentuada no Brasil (VAINER, 2000; ROLNIK, 2015) o que levou a consolidação desta forma de governança urbana baseada em critérios de eficácia e eficiência estritamente do ponto de vista da competitividade econômica (THEODORE, PECK, 2011)

Dentro desse papel político da cidade neoliberal, as elites urbanas e os agentes privados desempenham um papel fundamental no processo de concepção das políticas públicas urbanas e de sua gestão. De acordo com Harvey (1996), essa é a prática do empresariamento urbano: ou seja, passam a ser aceitos discursos empresariais como soluções para as cidades. Nesse sentido, as políticas urbanas são direcionadas para o interesse do capital em vez do cumprimento das necessidades dos cidadãos. Os administradores públicos buscam a colaboração do setor privado para gerenciar a cidade

numa relação cada vez mais simbiótica. Não é por outro motivo que as parcerias público-privadas se tornam uma nova forma de governança em que o setor privado desempenha um papel ativo no processo de tomada de decisão. Este conjunto de políticas urbanas que compõem o empresariamento urbano tomam por funções dessas cidades a criação de um bom clima empresarial: marketing e promoção, atração de investimentos, melhoria de vantagens competitivas, promoção de novos negócios, assistência técnica às empresas para torná-los mais competitivos.

A partir de sistematização proposta por Sager (2013) a partir da crítica às políticas urbanas europeias e norte americanas, contextos onde essas frentes se materializam com maior intensidade, buscou-se sistematizar um conjunto de situações observadas na política urbana que vem sendo adotada em Belo Horizonte nas últimas décadas. Com isso em mente, podemos pensar em “frentes de neoliberalização”, como momentos conjugados, realizam, na prática, o projeto do neoliberalismo de produzir o espaço à sua imagem e semelhança. Tomadas aqui como metáfora ou metonímia cada uma das “cidades” à seguir representa uma faceta por meio da qual o capital garante, dentro deste novo registro de razão do mundo, sua sobrevivência.

Assim, olhar para nossa Belo Horizonte, é esclarecedor de várias tendências da neoliberalização recente da produção do espaço. Indicam processos em que a determinação do capital consegue, de fato, emplacar sua ideologia de competição, de mercado como regulador natural e da lógica da empresa como régua para o planejamento urbano estratégico que marca nossa entrada no neoliberalismo global (VAINER, 2000). A seguir, uma panorâmica das frentes de neoliberalização destacando o modo como processos locais se alinham a seus pressupostos.

BH das metas e resultados

O modo como a empresa funciona passa a ser o modelo a ser seguido pela administração pública. Implica na reestruturação da estrutura burocrática orientada por metas de curto prazo e competição por investimentos. Implica também em postura de gestão empreendedora, na qual se valoriza o perfil do político-empresário sem influência política, mas que substitui o governo democrático por um governo orientado por uma aliança entre investidores (*stakeholders*). Vive-se um período no qual empresas mistas coordenam as principais decisões de gasto público e os principais projetos, apoiados por um batalhão de gerentes de projetos alienados das implicações reais de suas planilhas e matrizes PMBOKs orientados por “metas e resultados”. A situação se agrava quando a prefeitura vira de fato empresa, “PBH Ativos”, orientada a gerar lucro, não para a cidade, mas para seus (poucos) acionistas.

BH competitiva

Decorre da ideia de que as cidades devem possuir um diferencial capaz de atrair investidores, grandes eventos, turistas e determinados perfis de moradores. Com essa ideia em mente, investe-se na criação de uma cidade espetacularizada, ou seja, aquela que possui a “maior torre da américa latina”, o “melhor carnaval de rua do país”, a mais nova “cidade administrativa” e “catedral metropolitana”, (ambos projetos de Niemeyer, o maior arquiteto do Brasil), ser uma “sede da copa”, ser a “melhor capital brasileira” ou a cidade do “turismo de negócios”. Investe-se também na construção de consensos cívicos, ou seja, o orgulho de pertencer a uma cidade competitiva e bem gerida, “eu amo BH radicalmente”.

BH renovada para o mercado

Inclui as inúmeras frentes de reestruturação urbana e as

políticas amigáveis aos investidores privados. Dois caminhos se entrelaçam. O primeiro renova a cidade para atrair o mercado, incluindo a construção de novas rodovias por velhas empreiteiras, abrindo, mediante desapropriação de milhares, novas frentes para o mercado imobiliário. O segundo impõe o discurso de que a parceria com o setor privado é a única solução para a falta do dinheiro público necessário para estruturar plenamente as cidades. Cria-se uma política de reestruturação urbana orientada pelo interesse dos investidores privados e pelas novas modalidades de parceria público-privada. Com um agravante, os dois caminhos se encontram quando o investimento público antecede a parceria: a obra vem antes da operação urbana que deveria viabilizá-la, a reforma do equipamento vem antes de sua concessão, ou seja, o ônus vem antes, compartilhado por todos, e o bônus vem depois, apropriado por poucos.

BH dos grandes projetos

Trata-se de utilizar os grandes projetos urbanos (emprendimentos privados, equipamentos públicos, obras viárias, entre outras possibilidades) como catalisadores dos processos de reestruturação urbana voltada para o mercado. Diferentemente do planejamento, o grande projeto se impõe de modo imediato, violento e pouco transparente. A “cidade administrativa” e a “linha verde” impondo a aerotrópole e aquecendo o mercado imobiliário, a cidade administrativa municipal sonhando a valorização da lagoinha, as torres JK querendo a verticalização do bairro santa teresa, além dos inúmeros equipamentos para concessão via PPP.

BH zona franca

Para atrair investidores, suspende-se qualquer regulação prévia do solo urbano. O que pode e o que não pode ser construído é discutido caso a caso. Restrições ambientais, impactos sociais,

limite de densidade construtiva, impactos na paisagem são substituídas por amplas zonas sem restrição, seja por meio de “zoneamentos municipais sem parâmetros” (vide o município de Vespasiano), seja por meio de “operações urbanas consorciadas ou simplificadas” desenhadas pelos agentes privados, seja por meio do acesso privilegiado a políticos locais em canais cada vez mais estimulados e simplificados.

BH via PPP

Comporta a ampliação das modalidades de parceria público-privada: em vez de apenas construir, o mercado assume o projeto, o financiamento e a gestão da infraestrutura, dos equipamentos e dos serviços públicos. A lógica é transformar um governo provedor de serviços em um governo consumidor de serviços oferecidos pelo setor privado. A administração das escolas infantis, dos cemitérios, da iluminação pública, dos presídios... tudo vira fonte de lucro para investidores privados em contratos pouco transparentes, de longo prazo e extremamente vulneráveis a distorções e riscos para o setor público.

BH hipotecada

Consiste na ampla financeirização do mercado de moradia, sobretudo popular, abrindo novas frentes de investimento imobiliário. Inclui a produção do Minha Casa Minha Vida – subsídio federal que possibilitou a recuperação das construtoras mais do que a produção de moradias de qualidade ou integradas à cidade – a ampliação das linhas de crédito, a criação dos fundos de habitação, o risco de captura pelo mercado das experiências de aluguel social, entre outras. A casa própria não é um sonho, é uma dívida.

BH privatizada

Abrija as ações de privatização de espaços públicos, seja por

venda direta ao setor privado, seja pela proibição de usos, seja pela criação de simulacros de vida pública (ex. shopping center). Adota-se quase sempre a segurança privada e os mecanismos de vigilância “olho vivo” para gerar controle, exclusão social e expulsão dos usos indesejados: barraqueiros no mineirão, hippies na praça sete, djs sob o viaduto, pivetes na pracinha, sem tetos nas ruas, eventos na praça da estação, entre tantos.

BH condomínio

Trata-se da cidade organizada pela lógica dos enclaves fortificados, condomínios de alto luxo, fechamento de ruas e prédios isolados do contexto urbano. O problema da cidade são os outros. A vida idealizada é levada dentro de ilhas conectadas por SUVs, do condomínio para o shopping, do shopping para o clube, do clube para o aeroporto, do aeroporto para o resort e de volta para o condomínio. O agravante: condomínios fechando ruas públicas, incorporando praças, destruindo aquíferos, expulsando atividades rurais, fechando estradas e isolando comunidades.

BH da classe criativa

A ideia de que, além de atrair investidores, a cidade deve atrair moradores que pertencem à chamada classe criativa (ver Richard Florida e também as críticas ao resultado disso). Com isso, a política urbana deixa de ser direcionada para resolver problemas da população real e passa a investir na cidade amigável ao estilo de vida desejado, incluindo uma série de equipamentos culturais esvaziados, espaços públicos de acesso restrito, moradias alternativas, estruturas para *coworking* e empreendedorismo urbano, eventos de promoção do lugar e a transposição frenética para o território dos urbanismos da moda, ora via parklet, food truck ou similar; ora lugar da vez, vide “rua Sapucaí”. O problema é menos a ação que a falta de diálogo com o lugar e com a política urbana de longo prazo.

BH gentrificada

O impacto de todas as ações passa pela gentrificação econômica, decorrente da valorização dos espaços urbanos, mas também cultural, na medida em que se impõe uma urbanidade quebradiça (*brittle city*, segundo Richard Sennet) desvinculada da economia e do território existente. Fala-se em um ciclo de gentrificação: áreas visadas pelo mercado passam a ser negligenciadas pelo poder público até chegar à degradação; depois uma primeira descoberta pelo setor criativo, depois as ações de revitalização, reabilitação, requalificação ou reestruturação e, por fim, depois do investimento público, o lucro dos agentes promotores do processo. O “hipercentro” é revitalizado, mas a tal habitação social, também prevista na política urbana, lá não vingou até hoje. Por outro lado, a “savassi”, assim como a “praça da estação”, sustentam insurgências populares contra esse modelo, a ver.

BH das remoções

Quando a ação do mercado é insuficiente ou demorada para expulsar os usos e as classes indesejadas, usa-se a remoção operacionalidade pelo Estado para acelerar o processo. Foram 957 propriedades removidas pela linha verde e 438 pela via 710, além da constante ameaça sobre as ocupações e vilas, similar ao caso da vila dias contra as torres no santa teresa e das recorrentes reintegrações de posse. Vale destacar neste processo as recorrentes contestações dos valores pagos, brigas na justiça, aumento de orçamento, atraso das obras, entre outros, que, por fim, beneficiam a lógica de um Estado que assume os riscos da reestruturação urbana.

Considerações Finais

Conforme apontado no início do texto, trata-se de um esforço inicial de entender, por meio de frentes de neoliberalização, a

ação articulada sobre o território promovida por seus agentes, atento às especificidades do contexto local. Articulando a todas as frentes é importante reconhecer, para além de seus aspectos instituintes, as resistências aos processos, sobretudo, lutas territoriais, quase sempre pontuais e fragmentadas, mas cuja articulação contém potente resposta e reversão do quadro acima. Nessa perspectiva, ao longo do segundo ano do projeto BH S/A, deu-se a elaboração de diferentes ações em parcerias com outros projetos de extensão e pesquisa vinculados ao Grupo de Pesquisa Indisciplinar. Essas ações caminham no sentido de compreender com maior clareza as implicações da lógica neoliberal acompanhando o desdobramento de conflitos e ocorrências no território. Dessa forma, amplia-se o campo de análise abarcando desde a produção informal e periférica do espaço - como as ocupações urbanas por moradia -, às disputas pela posse e produção dos espaços, os atores e os mecanismos envolvidos.

Cabe destacar neste sentido o acompanhamento do caso da empresa PBH Ativos S.A cuja ação prioriza e garante os ganhos do setor privado em detrimento do patrimônio público, securitizado, demonstrando seu teor privatista (CANETTIERI, 2017). Após denúncias das atividades por movimentos organizados e sociedades civil, iniciou-se uma CPI para averiguar a atuação da empresa. Esse processo está sendo acompanhado pelo projeto BH S/A em parceria com pesquisadores do Projeto Urbanismo Biopolítico vinculado ao Grupo de Pesquisa Indisciplinar.

A continuidade do projeto BH S/A aponta para a construção colaborativa de material de desvelamento e decodificação das frentes de neoliberalização da política urbana observadas, ampliando a compreensão do sombreamento entre conflitos territoriais decorrentes do agravamento desses processos.

* **Daniel Medeiros de Freitas** Professor do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Arquitetura e Urbanismo (NPGA.U.EA.UFMG). Pesquisador do Grupo Indisciplinar e do Grupo Praxis (UFMG)

* **Thiago Canettieri** Doutorando em geografia pelo IGC/UFMG. Pesquisador do Grupo Indisciplinar UFMG e do Observatório das Metrópoles

* **Luan Fernandes Viana** Graduando de Arquitetura e Urbanismo UFMG. Bolsista do Grupo de pesquisa Indisciplinar

Referências

- AALBERS, Manuel. **Neoliberalism is dead... Long live neoliberalism.** *International Journal of Urban and Regional Research*, v.37, n.3, p. 1083-1090, mai. 2013.
- BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. **Após a neoliberalização? Cadernos Metrôpoles**, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 15-39, janeiro a junho de 2012.
- BRENNER, N.; THEODORE, N. **Cities and the geographies of “actually existing neoliberalism”**. *Antipode*, v. 34, n.3, p. 349-379, 2002.
- CANETTI, T. (2017) **A produção capitalista do espaço e a gestão empresarial da política urbana: o caso da PBH Ativos S/A**. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 19, p. 513-529.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. (2016) **A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo Editorial.
- HALL, Peter. **Cidades do Amanhã**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- HARVEY, D. (1996) **Do Gerenciamento ao Empresariamento Urbano: A transformação da administração urbana**. *Espaço e Debates*, year 16, No. 39.
- HARVEY, D. (2006) **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press.
- HARVEY, D. (2012) **Rebel Cities: from the right to the city to the urban revolution**. Nova York: Verso Books.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- MAGALHÃES, F. N. (2015) **O neoliberalismo e a produção da metrópole: subjetividades, insurgências e redes na economia política da urbanização contemporânea**. (Doctoral dissertation in Geography). Postgraduate Program in Geography – Organization of Space. Belo Horizonte: UFMG.
- PECK, J. (2014) **Entrepreneurial urbanism: Between uncommon sense and dull compulsion**. *Geografiska Annaler*, v.96, p.396-401.
- PECK, J.; THEODORE, N.; BRENNER, N. (2012). **Neoliberalism resurgent? Market rule after the great recession**. *South Atlantic Quarterly*, v.111, n.2, p.265-288.
- PECK, J.; TICKELL, A. (2002) **Neoliberalizing Space**. *Antipode*, n.34, p.380-404.
- ROLNIK, R. (2015) **Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo.
- SAGER, Tore. **Neo-liberal urban planning policies: a literature survey 1990-2010**. *Progress in Planning*, n.76, p. 147-199, 2011.
- SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010. 240 p.
- THEODORE, N.; PECK, J. (2011) **Framing neoliberal urbanism: translating commonsense urban policy across the OECD zone**. *European Urban and Regional Studies*, Vol 19, Issue 1, pp. 20 - 41
- VAINER, C. 2000. **Pátria Empresa e Mercadoria – Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano**. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes.